



A PAZ SOCIAL E LABORAL NAS EMPRESAS, TAMBÉM SE ALCANÇA COM A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS PENDENTES

REUNIÃO DA FRENTE SINDICAL

No passado dia 21 de Setembro realizou-se mais uma reunião de dirigentes dos Sindicatos e assessores jurídicos da Frente Sindical tendo sido debatidos temas da atualidade e outros pendentes, que não deixaremos “cair em saco roto” dado o impacto negativo que têm no desenvolvimento da vida laboral dos trabalhadores da Altice Portugal.

Num recente artigo jornalístico da revista Forbes é referido que Alexandre Fonseca considera “ultrapassados” os constrangimentos decorrentes da transmissão de Empresa ou Estabelecimento de 155 trabalhadores da MEO para outras empresas. Tal comentário não corresponde á realidade e a prová-lo estão os diversos processos judiciais em curso nos quais os Trabalhadores contestam a legalidade dos mesmos e pretendem a reversão das transmissões e o regresso à Altice Portugal.

Surgiu entretanto novo facto inaceitável, que consideramos mais uma irregularidade relativa aos trabalhadores transmitidos estarem a ser prejudicados com a retirada de direitos decorrentes da não aplicação do ACT da MEO, e ainda a decisão da Tnord, querer aplicar a portaria de extensão do acordo da AECOPs (acordo da construção civil) aos trabalhadores abrangidos pelo AE da MEO.

Por isso, este importante assunto além de não se encontrar de modo algum ultrapassado, é atual e vai desencadear ações sindicais conjuntas em resposta por parte da Frente Sindical, independentemente do apoio jurídico que cada Sindicato desta Frente promoverá junto dos respetivos associados sobre os processos judiciais principais em curso.

O Comité Executivo tem utilizado várias estratégias, para tentar fazer os trabalhadores desistir das ações judiciais. O último episódio deste tipo teve a ver com uma proposta da Altice Portugal sobre os planos de saúde da PT ACS, mantendo-os nas mesmas circunstâncias dos colegas da MEO, desde que não colocassem ações contra a Empresa ou desistissem das mesmas se elas entretanto já tivessem sido interpostas, como os trabalhadores não aceitaram o acordo proposto foi-lhes vedado a eles e aos familiares o acesso aos cuidados de saúde dos Planos existentes

USP/UTT

Novos trabalhadores estão a ser contactados para cessar funções, e outros que se encontravam a desempenhar funções na designada UTT foram de novo integrados na USP.

A resolução destas situações tem de ser resolvidas através do diálogo e negociação com os trabalhadores envolvidos e os sindicatos.

Ora esta situação é do ponto de vista laboral e psicológico extremamente instável e não respeita a lei quanto á obrigação de ocupação efectiva e funcional dos trabalhadores.

Os sindicatos da Frente Sindical consideram que a solução a encontrar tem de passar por um **movimento integrador destes trabalhadores**, nomeadamente através de formação profissional e requalificação adequada às suas capacidades e competências.

Já solicitamos ao CCO uma reunião para analisar entre outros este importante tema, somente a data foi marcada para dia 11 de Outubro.

PROMOÇÕES/PROGRESSÕES (Protocolo de 2018)

Também já foi solicitada a marcação de uma reunião da Comissão Paritária para analisarmos estas questões que estão consagradas no protocolo negocial das negociações de 2018, cuja importância é de grande relevo para os trabalhadores.

É necessário saber quando e de que forma irão ser feitos os movimentos acordados, porque esta é uma das matérias que mais “desconfiança” gera no seio dos trabalhadores.

24 de Setembro de 2018

SINTTAV, STPT, SNTCT, STT, SINQUADROS, FE